

162

# Tesouro perde com rejeição do ITR

**JOÃO DOMINGOS**

**BRASÍLIA** — A liderança do governo deu ao Tesouro um prejuízo de Cr\$ 100 bilhões. É quanto a União vai deixar de arrecadar por causa da rejeição da Medida Provisória que alterava a cobrança do Imposto Territorial Rural (ITR). A medida teve 168 votos contrários, 161 a favor e 9 abstenções. Irritado, o líder do PTB, Gastone Righi (SP), fez o seguinte comentário sobre o senador José Ignácio (PST-ES) e o deputado Humberto Souto (PFL-MG): "Com líderes como esses, o governo não precisa da oposição."

A lista de votantes apresenta um quadro difícil de ser visto no Congresso. De um mesmo lado, contra a MP, figuram Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA) e Ricardo Fiúza (PFL-PE), dois dos mais importantes aliados do governo, e Haroldo Lima (PC do B-BA) e José Genoino (PT-SP), dois dos mais ferrenhos adversários.

Desde dezembro, mês em que a MP do ITR foi enviada ao Congresso, os líderes Ignácio e Humberto Souto haviam sido advertidos por Fiúza e pelo se-

nador Ronan Tito (PMDB-MG) de que ela jamais passaria. Isso porque o artigo 21 dava ao governo o poder de decidir o que é a função social da terra. "Lembrei que a Constituinte quase se dividiu por causa da discussão da função social, e citei até uma frase do vice-presidente Pedro Aleixo, que se recusou a assinar o AI-5 e justificou assim seu ato para o ministro

Gama e Silva: no presidente eu confio, não confio é no guarda da esquina", comentou Ronan.

Antes de falar com os líderes, Ronan, que é grande proprietário, havia feito alguns cálculos cujo resultado o teria deixado satisfeito. "Não pagaria um centavo a mais para os 8.730 hectares de terra que tenho em Paracatu, norte de Minas."



Ronan cita Aleixo: "Não confio no guarda da esquina"

Alertados, Ignácio e Souto tentaram negociar modificações na medida com a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, usando um argumento forte — disseram a ela que a base rural do governo não aceitava a medida como estava. Zélia concordou com diversas modificações.

Mas ao chegar ao Congresso, quinta-feira, Souto foi avisado pelo líder do PMDB, Íbsen Pinheiro (RS), de que o maior partido votaria com o governo. Confiantes, ele deixou de convidar o deputado Euclides Scalco (PSDB-PR) para a reunião com todos os líderes. Irritado, Scalco vingou-se. Pediu à Mesa que invertesse a pauta e votasse a medida antes do projeto de conversão nascido de um acordo entre governo e oposição.

Eduardo Magalhães e José Lins (PFL-CE) ainda tentaram alertar Souto de que era uma decisão perigosa, mas este recusou-se a ouvir os conselhos. Invertida a votação, ficou prejudicado o texto do acordo, que teria garantida a aprovação dos parlamentares fazendeiros. Entrou-se então na votação da MP, que foi amplamente rejeitada.